



AMARANTE

CÂMARA MUNICIPAL

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

FORNECIMENTO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL

Artigo 1.º - Objeto do procedimento

1 - Constitui objeto do presente Concurso Público o “**fornecimento de sinalização vertical**”, em regime de fornecimento contínuo, de acordo com as características e quantidades máximas previstas definidas na Parte II do caderno de Encargos.

2 - O presente fornecimento encontra-se classificado no “Vocabulário Comum para os Contratos Públicos” (CPV): 34928430 – Sinais.

Artigo 2.º - Tipo de Procedimento

Concurso público, ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Amarante, pessoa coletiva de direito público de base territorial, NIF 501102752, com sede na Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante, nº de telefone 255420200, Fax nº 255420201, correio eletrónico geral@cm-amarante.pt.

Artigo 4.º - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

Artigo 5.º - Disponibilização das peças do procedimento

1 - O meio eletrónico de fornecimento das peças do procedimento é a plataforma eletrónica de contratação pública, acinGov, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>, designado para efeitos do presente Programa de Procedimento por Plataforma acinGov, onde será integralmente disponibilizado todo o processo do procedimento, este acesso é gratuito e permite efetuar a consulta e o download gratuito das peças do procedimento.

2 - O processo administrativo do concurso encontra-se disponível na Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, localizada na sede da entidade adjudicante, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h), desde a data de publicação do respetivo anúncio até ao dia e hora limite para entrega das propostas.

Artigo 6.º - Ajuste Direto

Fica expressamente prevista a possibilidade de adoção do ajuste direto nos termos do disposto nas alíneas a) e b), n.º 1, do art.º 24º do CCP.

Artigo 7.º - Concorrentes

- 1 - Podem apresentar propostas, ou integrar qualquer agrupamento, as entidades nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
- 2 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.
- 3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

Artigo 8.º - Agrupamentos

- 1 - Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 2 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
- 3 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 9.º - Apresentação de propostas

- 1 - As propostas devem apresentar indicação do preço unitário e total, e os documentos que as acompanham devem, nos termos do artigo 62º do Código dos Contratos Públicos, ser apresentadas no portal www.acingov.pt, até às 23h59m do **10.º dia** a contar da data do envio para publicação do presente concurso no Diário da República.
- 2 - A data limite fixada no número anterior pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do procedimento, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
- 3 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior aproveita a todos os interessados.

Artigo 10.º - Proposta

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - As propostas a apresentar têm de cumprir com o indicado no artigo 11.º do programa de procedimento.

3 - O preço a apresentar deverá incluir todos os custos, nomeadamente, dos diversos transportes relacionados com as entregues nos armazéns gerais do Município de Amarante, as quais serão realizadas de acordo com os pedidos de fornecimento parciais que forem enviados ao adjudicatário.

4 - Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

5 - Na proposta o concorrente pode especificar aspectos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

6 - A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total, indicado em algarismos e por extenso, acresce o IVA, indicando-se o respectivo valor e a taxa legal aplicável.

7 - Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

8 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública, forma da mesma, devidamente legalizada.

9 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum.

Artigo 11.º - Documentos que acompanham a proposta

1 - A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, ao presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;

b) Proposta de preço (IVA excluído) com indicação do preço total, indicado em algarismos e por extenso, com indicação do IVA, o respectivo valor e a taxa legal aplicável, **de acordo com o modelo de proposta em anexo ao presente programa.**

c) Lista dos preços unitários, que não deve incluir o IVA. **Para elaboração da lista de preços unitários deverá ser utilizado única e exclusivamente o mapa de quantidades disponibilizado na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>, não sendo admitida a sua apresentação em formato distinto.**

c) Cópia da Certidão Permanente, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório;

d) Declaração de inexistência de impedimentos, disponível na plataforma junto às peças de procedimento, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão;

e) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

2 - Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

3 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta pode ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os actos no âmbito do concurso.

4 - A declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.

Artigo 12.º - Modo de apresentação das propostas

1 - A apresentação das propostas e os documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nos seguintes pontos:

2 - Os interessados devem ter em atenção o tempo necessário à submissão e assinatura eletrónica das propostas e documentos que as acompanham em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só serão admitidas as propostas cujo recibo eletrónico comprovativo comprove a submissão anterior à hora fixada;

3 - A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais;

4 - A proposta será assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública - forma da mesma, devidamente legalizada;

5 - O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;

6 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;

7 - No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 13.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 14.º - Preço base

O preço base, sendo entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pelo fornecimento do presente procedimento, é de **15.500,00 euros (quinze mil e quinhentos euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 15.º - Critério de adjudicação

1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade **monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

2 - O critério de desempate nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP é a elaboração de sorteio a realizar em data e hora a indicar e após a convocação expressa dos concorrentes.

Artigo 16.º - Idioma

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o podendo ser, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 17.º - Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 18.º - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 19.º - Documentos de habilitação

1- O Adjudicatário, no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação de adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos,
- c) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizada, nos termos da Lei 89/2017, de 21 de agosto, com comprovativo da respetiva consulta.

d) Apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas ou a certificação de que aquele se enquadra na exceção prevista na parte final do n.º 9 do artigo 81 do CCP (se aplicável).

2 - É ainda concedido o prazo de **2 (dois) dias**, para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86.º do CCP.

Artigo 20.º - Caução

Não é exigível a prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 21.º - Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

ANEXO

MODELO DA PROPOSTA

.....(indicar concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do fornecimento de (designação do procedimento), a que se refere o anúncio datado de, obriga-se a executar o referido fornecimento, de harmonia com o caderno de encargos e lista de preços unitários apresentada pelo valor de.....:

A quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Prazo do fornecimento:

Prazo de manutenção da proposta:

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

(Assinatura) _____